



- **Opinião**

- Para onde foram os empregos que saíram da Argentina? As multinacionais comeram!

- Brasil e a conta Argentina

- A transferência de empresas e da Argentina para o Brasil

- Cresce o desemprego no Brasil

opinião

Para onde foram os empregos que saíram da Argentina?

As multinacionais comeram!

Em entrevista ao Clarin (23/01/2000) sobre a transferência de empresas argentinas para o Brasil o Presidente da UIA Olvaldo Rial disse: *"Antes consumíamos produtos fabricados na Argentina, agora nos abastecemos com produtos brasileiros. Em outras palavras, substitui-se trabalho argentino por mão-de-obra brasileira"*,

Olhando os números apresentados abaixo, essa é a primeira idéia que ocorre para a grande maioria das pessoas. Mas não é assim. No ano de 1999 o Brasil apresentou o maior crescimento das taxas de desemprego. A média de desemprego do ano foi a mais alta da década e os poucos empregos que se criaram no final do ano, época em que tradicionalmente a ocupação aumenta, foram no setor de serviços. A indústria foi quem mais demitiu, principalmente a da Grande São Paulo.

A indústria automobilística fechou o ano com queda na taxa de emprego, só não foi pior porque no início de 99 os metalúrgicos do ABC fizeram uma grande luta que impediu que a Ford demitisse mais de 4 mil trabalhadores e a Volks cerca de 2 mil. Além disso, no segundo semestre os trabalhadores das montadoras e algumas autopeças fizeram grandes mobilizações – o que se chamou o "festival de greves"- pela adoção de um contrato coletivo nacional para o setor. A indústria de autopeças no entanto demitiu e reduziu seu contingente.

É preciso lembrar que as indústrias que estão transferindo sua produção – total ou parcial – para o Brasil são na sua maioria do setor automobilístico e de alimentação e na sua grande maioria multinacionais. São empresas e setores que já dispunham de uma rede de produção e comércio – facilitada pela criação do Mercosul, o que lhes permite rápida mobilidade.

A produção que está sendo transferida será desenvolvida por plantas já instaladas (algumas estavam operando abaixo de sua capacidade instalada – como por exemplo as montadoras) e o pessoal empregado. Outros casos de transferência se deram devido a compras e fusões, como é o caso do grupo argentino Macrí, comprou 5 empresas no Brasil e hoje tem hegemonia no mercado brasileiro de massas e biscoitos.

Com a utilização de métodos organizacionais flexíveis e polivalentes e a introdução de novas tecnologias, é possível utilizar a mesma capacidade instalada e o mesmo pessoal e ainda assim alcançar maior escala de produção.

Obviamente o efeito da desvalorização cambial brasileira é um atrativo para as empresas que acima de tudo buscam aumentar sua competitividade e para isso reduzem o mais que podem os custos de produção. Assim como também a paridade cambial argentina encareceu em dólares a folha de pagamento das empresas. Porém não se pode entrar numa lógica simplista de que um país ganha e o outro perde, que um sindicalismo se fortalece e o outro se enfraquece. Nesse caso, e em muito outros exemplos que se poderia dar no mundo globalizado (por exemplo o caso do Nafta e a relação entre EUA e México) está muito claro quem são os únicos ganhadores: AS MULTINACIONAIS; e quem são os maiores perdedores: OS TRABALHADORES.

Segundo estudo do economista Márcio Pochman, utilizando para isso as estatísticas do IBGE, ou seja mais conservadoras, o Brasil está com mais de 7,5 milhões de desempregados e ocupa o 3º no ranking mundial de maior desemprego – perde apenas para a Rússia e Índia.

No conjunto do Mercosul a taxa de desemprego prognosticada pelos Institutos Estatísticos Governamentais mais alta é a da Argentina em torno de 15% enquanto que o Uruguay tem cerca

Suplemento do Correio Sindical Mercosul

de 12% e Paraguay e Brasil¹ cerca de 10%. Traduzindo em números redondos teríamos um contingente entre 10 e 15 milhões de desempregados (segundo o SEADE DIEESE seria em torno de 15%). Mas além disso, dos que estão ocupados, apenas metade tem emprego regulado – emprego precário já atinge 80% no Paraguay; 60% no Brasil; 40% na Argentina e pouco mais de 1/3 no Uruguay. Isso envolve uma massa de 52 milhões de trabalhadores. Ao final, somando tudo desempregados, subempregados e trabalhadores precários e/ou por conta própria, veremos que apenas um terço da força de trabalho do Mercosul está empregado e protegido. O Mercosul ocuparia assim o 2º lugar em número de desempregados no ranking mundial, perdendo só para a Índia que tem 40 milhões de desempregados (a Rússia tem 9,1 milhões).

Mas esse problema não pode ser uma preocupação apenas para os sindicatos. Tem que ser uma preocupação de toda a sociedade e um prioridade dos governos. Conseguir isso é o desafio para os sindicatos.

Como **RELANÇAR** o Mercosul e fortalecer a dimensão social, como alardearam os Presidente em Montevideu em dezembro passado, sem **PRIORIZAR** a questão do **EMPREGO E DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES**.

Esse sim é um desafio que os sindicatos tem que enfrentar: pressionar os quatro governos para que esses temas sejam os primeiros na agenda institucional e se adotem medidas imediatas para a sua solução. Levar à opinião pública e à sociedade a gravidade do problema e desta forma estabelecer novas alianças.

Frente a esse processo, sobre o qual a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul há muito vinha alertando, o movimento sindical do Mercosul tem várias saídas : intensificar sua organização e articulação e travar lutas conjuntas contra essa política das transnacionais. Isso significa promover reuniões entre os trabalhadores de mesmos grupos empresariais, principalmente dessas empresas eu estão promovendo a transferência de produção, e definir um plano de ação comum; investir para a realização de negociações coletivas setoriais e/ou por empresas que prevejam salvaguardas no caso de transferência de empregos e/ou mobilidade dos trabalhadores.

Além disso o sindicalismo pode reivindicar do Grupo do Mercado Comum que a questão do emprego e a transferência de empresas e/ou produção sejam parte da agenda prioritária dos Grupos de monitoramento da Conjuntura e Aprofundamento do Mercosul; tratar a questão no Subgrupo de Relações Trabalhistas e principalmente demandar a imediata instalação do Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul para que investigue a situação de emprego nesses segmentos; levar o tema para a discussão no Foro Consultivo Econômico e Social e cobrar dos empresários um posicionamento e a discussão do tema com o GMC.

Essa poderia ser uma boa hora para retomar uma proposta que a CCSCS aprovou no ano passado e promover uma grande campanha de mobilização pela geração de emprego e elevação da renda. [☞](#)

A redação de **Correio Sindical Mercosul**

opinião

O Brasil e a conta argentina

Celso Pinto

¹ Se tomassemos as estatísticas do Dieese e Seade, o Brasil seria o primeiro.

Suplemento do Correio Sindical Mercosul

Que a Argentina caminha, de uma forma ou de outra, para um acordo com o FMI, ninguém duvida. Que ninguém imagine, contudo, que ele possa vir a ser uma panacéia.

O economista Ilan Goldfajn, da PUC do Rio, fez um levantamento das empresas na Argentina que decidiram reduzir a produção no país, a favor do Brasil, ou simplesmente transferir suas atividades para cá. Chegou a mais de 30 empresas.

A mais recente foi a Alpargatas, que anunciou a disposição de demitir metade de seus 6 mil funcionários na Argentina, passando a concentrar suas atividades em São Paulo e Curitiba. A lista inclui ainda pesos pesados como a Fiat Iveco, a Cica, a Grimoldi, a Nabisco, a Philips, a Goodyear, a Pirelli e duas fábricas de autopeças, a Delphi Packard e a Dana Thompson.

Nas contas de representantes do setor de autopeças argentino, enquanto a mão-de-obra custa US\$ 4 por hora lá, custa US\$ 1,40 no Brasil. O problema central da Argentina, como diz Goldfajn, não é fazer o ajuste fiscal discutido com o FMI -de resto, essencial para liberar um pacote de US\$ 5 bilhões em créditos. O centro do problema argentino é como dar um salto na competitividade mantendo o câmbio fixo.

O diagnóstico que está levando tantas empresas internacionais a trocar a Argentina pelo Brasil não é novo. O presidente mundial de uma grande multinacional européia, em conversa com o colunista, em novembro do ano passado, fez um diagnóstico duro em relação à operação de sua empresa na Argentina. A seu ver, a Argentina não conseguirá manter uma indústria própria se mantiver o regime cambial e se não contar com o mercado brasileiro. Como ele achava que o câmbio não mudaria e o Mercosul estava malparado, pensava em fechar operações na Argentina a favor do Brasil.

O ex-ministro argentino Domingo Cavallo fez uma proposta ousada, como candidato à presidente, para recuperar a competitividade, cortando impostos e flexibilizando a lei trabalhista. O presidente eleito na Argentina, Fernando de La Rúa, anunciou seu próprio plano para flexibilizar os direitos trabalhistas, mas o ajuste fiscal proposto pelo FMI é a receita convencional.

Os resultados fiscais da Argentina no ano passado foram muito ruins. A meta prometida ao FMI era de US\$ 5,1 bilhões. Na vida real, contudo, o déficit do governo central foi de US\$ 7,094 bilhões.

Além disso, os governos estaduais geraram um déficit de US\$ 3,2 bilhões, elevando o déficit global para US\$ 10,2 bilhões.

A Argentina, ao contrário do Brasil, não considera as contas dos Estados, nem das estatais, na conta global do déficit público. O FMI nunca reclamou, embora, como se viu em 99, os Estados possam representar quase a metade do déficit do governo central. Dessa vez, o FMI está ficando pé na exigência de que o programa com a Argentina inclua não só o governo central (cortando o déficit para US\$ 4,5 bilhões), como os Estados (cortando-o, segundo rumores, para US\$ 1,2 bilhões). O governo argentino alega o que o brasileiro sempre alegou: o país é uma federação, e o governo central não consegue controlar os gastos estaduais. Assim como no caso do Brasil, contudo, o FMI insiste em fixar metas para os Estados.

A ironia é que o Brasil, discretamente, vem tentando negociar com o FMI a retirada dos resultados das estatais do conceito de déficit global. Os argumentos são que a privatização reduziu muito a importância das estatais e os investimentos dessas empresas não deveriam, conceitualmente, ser considerados como déficit. Ao pressionar a Argentina para ampliar seu conceito de déficit, o FMI não parece deixar muito espaço para discutir a redução do conceito de déficit no Brasil.

Suplemento do Corrêio Sindical Mercosul

O fato é que, por mais sentido que faça incluir os Estados no déficit argentino (e excluir as estatais no brasileiro), essa é uma questão marginal em relação à discussão da competitividade, lembra Goldfajn. Que, a seu ver, deveria ser o foco central do programa do FMI.

Se o Brasil der certo (valorizando o real), e o dólar se desvalorizar, a Argentina terá uma ajuda extra de competitividade. Só que, argumenta, há um piso para a valorização do real, pela necessidade de estímulo às exportações, e é improvável que o dólar se desvalorize num ano em que se prevê vários aumentos de juros nos Estados Unidos.

Outra linha natural de defesa da Argentina é tentar repassar parte da conta de sua política cambial para o Brasil. O presidente Fernando Henrique Cardoso já disse, para a publicação "Outlook", que é preciso "*uma certa generosidade*" no relacionamento com a Argentina. Até onde ela irá, não se sabe, mas ela enfrentará resistências, no governo, de velhos adversários do Mercosul e das concessões embutidas nele. Eles vêem com horror, por exemplo, até mesmo a hipótese de aceitar conversar com os argentinos sobre compensações para a debandada de empresas a favor do Brasil. (Folha de SP, 30/01/2000) [□](#)

A transferência de empresas da Argentina para o Brasil

Um centenar de empresas trasladó en el último año, total o parcialmente, sus plantas fabriles desde Argentina a Brasil atraídas por los bajos costos y los incentivos fiscales, según un informe divulgado. Ese éxodo, que ha provocado la alarma en el gobierno de Fernando de la Rúa, generó la pérdida de unos 10 mil puestos de trabajo, indica el estudio de la Unión Industrial Argentina (UIA) publicado por el diario Clarín. El informe precisa que 70 empresas grandes y medianas trasladaron, total o parcialmente, sus plantas productoras a Brasil durante los primeros 10 meses de 1999 y que en los últimos 90 días hicieron lo mismo otras 30 pequeñas industrias.

El ministro de Economía de Argentina, José Luis Machinea, prometió la semana pasada un "paquete de medidas" de aliento a las pequeñas y medianas industrias y también créditos blandos para la renovación de maquinarias. Sin embargo, las promesas gubernamentales no conforman a los directivos de las distintas cámaras empresariales, como tampoco el anunciado proyecto para bajar los costos laborales.

La atracción que ejerce Brasil, por bajos costos laborales, subsidios e incentivos fiscales, aparece como otro motivo de discordia en la relación con Argentina en el marco del Mercosur. En el informe de la UIA se detalla que el éxodo industrial abarca a todos los sectores productivos, en especial los dedicados a la elaboración de alimentos y fabricación de automóviles, calzados y electrodomésticos.

El documento destaca la decisión de Fiat de trasladar a Brasil la fabricación de sus modelos Palio y Siena y advierte que Ford y General Motors "probablemente tomen, en poco tiempo, una determinación similar". (El Observador, 24/01/2000)

O Informe da UIA

Em 1999, mais de 30 empresas decidiram deixar a Argentina e mudar para o Brasil ou transferir parte da produção para o país vizinho. 'A atual situação deve-se a erros de diagnóstico do governo anterior', diz Ignacio de Mendiguren, secretário da União Industrial Argentina (UIA).

Entre as empresas que se mudaram para o Brasil, a UIA destaca a Varta, MWN, Sidertec, Delphi Lerm e Varga, na área de autopeças, e a Nabisco, no setor de alimentação. A Grimoldi, uma tradicional empresa de calzados da Argentina, deixou de fabricar para importar produtos do Brasil. Pirelli e Firestone, indústrias de pneus, transferiram totalmente sua produção para o Brasil.

O setor automobilístico é de longe o mais castigado, mas outros setores, como o alimentício e o têxtil também estão sofrendo os efeitos das assimetrias econômicas entre as duas maiores economias da América do Sul.

Suplemento do Corrêio Sindical Mercosul

Um estudo do ministério da Economia argentino indica que os custos de produção brasileiros são entre 30% e 60% mais baratos do que os argentinos, dependendo do setor. Um operário não qualificado argentino, por exemplo, custa US\$ 18 mil por ano, enquanto no Brasil outro com as mesmas qualificações custa às empresas US\$ 9 mil por ano. As taxas de juros que os bancos argentinos cobram das empresas ficam por volta de 12%, enquanto o Banco Brasileiro de Desenvolvimento e Social (BNDES) cobra 3%.

Federico Poli, economista da UIA, afirma que 'a principal causa da mudança das empresas para o Brasil são as assimetrias nos custos de insumos para a produção', além do fato de o Brasil oferecer 'uma taxa de juros subsidiada pelo BNDES'. O especialista reconhece que 'a conversibilidade trouxe a estabilidade, mas ainda é preciso baixar os custos de produção, reduzir custos de serviços e fazer cair a taxa de juros'. (*Gazeta Mercantil Latino-Americana/ 24/01/2000*)

Detalle de empresas que trasladaron su producción

El trabajo sostiene que "baterías Varta cerró totalmente su planta en Merlo y decidió importar desde Brasil". Y dice que "Frenos Varga cerró la planta de Munro ahora produce todo en Brasil, su país de origen". También precisa que la firma de tableros electrónicos Magnetti Marelli mudó la planta de Carmen de Areco a Curitiba. Dejó en Buenos Aires una oficina comercial y suspendió su inversión en una fábrica de amortiguadores en Pacheco.

El conjunto de las firmas argentinas se traslada mayoritariamente al complejo fabril de la ciudad de San Pablo. Pero también los destinos son Curitiba y Minas Gerais. En su mayoría las firmas argentinas decidieron abastecer la demanda de los argentinos con importaciones de sus propias plantas procedentes del Brasil.

Cubiertas

Fate cerró líneas de producción en San Fernando y está instalando una planta en Minas Gerais. Firestone trasladó parte de su producción a San Pablo. Goodyear redujo la producción al mínimo, despidió el 80% del personal y está por mudarse a Brasil. Pirelli llevó una línea de producción a su planta de San Pablo.

Cerraduras

Cibié trasladó algunas líneas de producción a San Pablo. Valeo Neuman trasladó la planta de Munro al área paulista.

Radiadores

Valeo Térmico cerró su planta e importa de Brasil. Radiadores Richard mudó la planta a San Pablo.

Tableros

Delphi Lem cerró totalmente su planta, ahora importan desde Brasil. Magnetti Marelli mudó la planta de Carmen de Areco a Curitiba.

Inyección de Metales

Dynacast mudó la planta de Ramos Mejía a San Pablo.

Frenos

Frenos Varga cerró la planta de Munro y produce todo en Brasil.

Autopartistas

AMP y Cablesa cerraron sus plantas e importan desde Brasil. Sogefi trasladó algunas líneas de producción a San Pablo.

Suplemento do Corrēio Sindical Mercosul

Motores

MWM cerró su planta de Córdoba y se mudan al área paulista.

Asientos

Sidertec cerró su planta y están estudiando levantar otra en Brasil.

Estampados

Tecnopres cerró totalmente su planta y se instaló en San Pablo.

Baterias

Varta cerró su fábrica de Merlo y ahora importan desde Brasil.

Alimentos

Socma vendió Canale y compró tres alimentarias brasileñas. **Nabisco** mudó las líneas de laboración de gelatinas, postres, flanes y levaduras Royal a San Pablo. **Cica** llevó su planta de tomates de Tunuyán, Mendoza, a Brasil.

Calzado

Grimoldi compró las brasileñas Alpasur y Conasur, y ahora importa.

Automotrices

Fiat trasladó la fabricación de sus modelos Siena y Palio a Brasil. Iveco mudó a Brasil la producción del modelo Daily. Diasa cerró su planta, importa desde Brasil.

Textil

Hilos Cadena cerró su planta e importa de Brasil.

Graficos

Impresora Argentina trasladó su planta a Brasil.

(Clarín 23 y 24 de enero). [☞](#)

Cresce o desemprego no Brasil

A evolução do contingente de desempregados no Brasil -estimado em 7,7 milhões de pessoas no ano passado- tem ocorrido em ritmo mais acelerado do que em outros países. Prova disso é que, nos últimos 14 anos, a responsabilidade do país no número geral de desempregados do mundo - estimado em 138 milhões de pessoas- aumentou. E mais: o Brasil ocupa hoje o terceiro lugar em números absolutos de desempregados no mundo, ficando atrás apenas da Rússia, com 9,1 milhões de pessoas sem emprego, e da Índia, com quase 40 milhões. Do total de pessoas sem emprego em 141 países pesquisados, 5,61% estavam no Brasil, no ano passado. Em 1986, a contribuição do Brasil para o desemprego mundial era estimada em 1,68%.

O levantamento, coordenado pelo pesquisador Márcio Pochmann, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), divulgado dia 26/01, revela ainda que o dado sobre o Brasil torna-se ainda mais grave quando se analisa a relação da População Economicamente Ativa brasileira com a PEA mundial. No período em que a proporção de desempregados mais que dobrou, a contribuição da PEA brasileira na PEA mundial manteve-se praticamente estável. Passou de 2,75% para 3,12%.

A pesquisa revela ainda que apenas oito países - o Brasil entre eles- respondem por 61% do contingente de desempregados no mundo. Em 1990, o Brasil ocupava a oitava posição. Passou

Suplemento do Corrêio Sindical Mercosul

para a quinta posição cinco anos depois, manteve a posição nos dois anos seguintes e passou para o terceiro lugar em 1998.

O crescimento do desemprego foi maior nos países pobres do que nos ricos. Nos países subdesenvolvidos, o número de desempregados era de 22,3 milhões de pessoas, em 75. No ano passado, chegara a 109,5 milhões. Nos países desenvolvidos, o contingente de pessoas sem emprego passou de 15,4 milhões para 28,5 milhões, no mesmo período.

O contingente de desempregados nos países subdesenvolvidos representava 59% do total mundial em 1975. No ano passado, já era de 79,4%. No mesmo período, a participação dos países ricos reduziu de 41% para 20,6%.

Os dados utilizados sobre o Brasil por Pochman são da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que estimou uma taxa de desempregados de 9,8% da PEA em 1999.

A PED feita pelo Dieese e pela Fundação Seade mediu desemprego médio de 19,4% no ano passado, recorde de 15 anos, na região metropolitana de São Paulo.

Mulheres são os mais atingidas

Levantamento elaborado a partir de 1980 demonstra que as taxas de **desemprego feminino** aumentaram em todo o mundo. Nos países subdesenvolvidos, passou de 30,8% para 36%. Nos ricos, de 34,6% para 37,8%. Em todo o mundo, passou de 37,1% para 38,8%. Mais uma vez, o crescimento relativo foi maior no Brasil. Passou de 31,8%, em 1980, para 48,3%, no ano passado. Só na Grande São Paulo, o desemprego feminino passou de 10,6%, em 1989, para 21,2%, em 98, segundo a PED, feita pelo Dieese e pela Fundação Seade.

O coordenador técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Reginaldo Barreto, diz que a evolução pode estar relacionada à maior presença das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos. "Pode estar relacionada a três fatores: ao crescimento do número de mulheres como chefes de famílias, à busca da realização profissional e à disputa em vagas tradicionalmente ocupadas por homens", disse.

Segundo Barreto, o fenômeno também ocorre com os homens. A taxa teria passado de 7,5%, em 98, para 16%, em 98. No levantamento feito por Pochmann, o desemprego masculino recuou. No Brasil, o recuo também foi maior do que a média. Passou de 68,2% para 51,7%.

Por faixa etária, houve aumento genérico no desemprego entre as pessoas com mais de 50 anos e reduzido entre aqueles que têm entre 15 e 24 anos. Em 1980, as pessoas com idade superior a 50 anos respondiam por 42,5% do desemprego mundial. Em 1998, passaram a representar 47,5%. No Brasil, passaram de 3% dos desempregados para 5,9%.

Já os jovens, que representavam 51,4% da massa de desempregados brasileiros no início da década de 80, passaram a representar 48,5%. No mundo, o recuo foi de 49,6% para 43,7%.

No polo industrial automobilístico do ABC o desemprego é mais de 20%

A taxa média de desemprego registrada no ano passado na região do ABC paulista foi de 21,4% da População Economicamente Ativa, o que corresponde a 250 mil pessoas sem emprego, segundo pesquisa divulgada ontem pela Fundação Seade em convênio com o Dieese. A pesquisa de emprego e desemprego é realizada em sete municípios da Grande São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Em 1998, a taxa média de desemprego havia sido de 20%. Segundo a pesquisa, o aumento refletiu o comportamento da taxa de desemprego aberto, que subiu um ponto percentual no ano passado. A taxa de desemprego oculto apresentou um crescimento menor no mesmo período, subindo 0,3 ponto percentual.

Suplemento do Corrêio Sindical Mercosul

No mês de dezembro, no entanto, o desemprego na região recuou para 19,6%, mantendo o movimento de declínio observado desde o mês de setembro. Em novembro, a taxa havia sido de 20,1%. A taxa média de desemprego total durante o ano passado cresceu mais entre os homens (7,4%), as pessoas com idade igual ou superior a 40 anos (10,1%) e demais membros do domicílio que não o chefe, principalmente cônjuges e filhos (7,8%).

A indústria foi o setor que mais fechou vagas. Foram reduzidos 24 mil postos de trabalho, sendo os segmentos mais atingidos os de metalmeccânica (12,5%) e de química e borracha (17,9%). Já no comércio o nível de emprego manteve-se estável. Em 1999, respondeu por 15,8% dos empregos da região, o equivalente a 145 mil pessoas. O setor de serviços criou 24 mil novas ocupações, com destaque para o desempenho dos serviços auxiliares e da saúde. Estima-se em 452 mil o número de pessoas ocupadas no setor. (*Folha de SP, 27/01/2000*) [□](#)